

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS - FACE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FORMAÇÃO DO AUDITOR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR E A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NAS FIRMAS DE
AUDITORIA

FERNANDA MIRANDA GUERRA

Goiânia
2011

Universidade Federal de Goiás
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca Central
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia
Campus Samambaia – Caixa Postal 411 74001-970 Goiânia-GO
Fone (62) 3521-1183. Fax (62) 3521-1396

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS MONOGRAFIAS ELETRÔNICAS REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE MONOGRAFIAS DA UFG – RIUFG

1. Identificação do material bibliográfico monografia:

[] Graduação [] Especialização

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso

Autor (a):	Fernanda Miranda Guerra
E-mail:	nanda722@hotmail.com
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim [] Não
Título:	Formação do Auditor nas Instituições de Ensino Superior e a Capacitação Profissional nas firmas de Auditoria
Palavras-chave:	Ensino de Auditoria; Formação Profissional. Educação Contábil.
Título em outra língua:	Auditor Training in Institutions of Higher Education and Professional Training in Audit
Firms	
Palavras-chave em outra língua:	Audit Teaching; Professional Training; Accounting Education.
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	12/12/2011
Graduação/Curso Especialização:	Ciências Contábeis
Orientador (a):	Prof. Ms. Lúcio de Souza Machado

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

a) Declara que o documento em questão é seu trabalho original, e que detém prerrogativa de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento em questão contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Goiás os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento em questão.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos do autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás a disponibilizar a obra, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional de Monografias da UFG (RIUFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra? () Sim (x) Não

Permitir modificações em sua obra?

() Sim

() Sim, contando que outros compartilhem pela mesma licença .

(x) Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Local e data Goiânia, 12 de dezembro de 2011

Fernanda Miranda Guerra

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS - FACE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FERNANDA MIRANDA GUERRA

FORMAÇÃO DO AUDITOR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR E A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NAS FIRMAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – FACE, da Universidade Federal de Goiás – UFG, sob orientação do Prof. Ms. Lúcio de Souza Machado.

Goiânia, dezembro de 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS - FACE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FORMAÇÃO DO AUDITOR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR E A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NAS FIRMAS DE
AUDITORIA

FERNANDA MIRANDA GUERRA

Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso submetida à banca examinadora designada como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca Examinadora:



Prof. Ms. Lúcio de Souza Machado
(Orientador)



Prof. Ms. Luiz Carlos da Silva Oliveira



Prof. Ms. Emerson Santana de Souza

Julgada em: Goiânia, 12 de dezembro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por ter me concedido a graça da vida e o discernimento necessário para a elaboração deste trabalho.

Agradeço imensamente ao Prof. Lúcio de Souza Machado, meu orientador, pelas orientações sábias que contribuíram para a concretização deste trabalho, bem como pelo apoio para o meu desenvolvimento acadêmico.

Ao Prof. Artêmio Ferreira Picanço Filho, coordenadores e professores de auditoria das nove faculdades e os gerentes das duas firmas de auditoria que contribuíram decisivamente para a elaboração deste trabalho, meus profundos agradecimentos; sem eles este trabalho não seria possível.

A todos meus familiares Edna, Jason e Camila que me compreenderam e superaram meus momentos de aflição e um especial agradecimento ao meu namorado Leonardo Machado Silveira, com quem dividi os momentos de tensão e descontração, durante essa etapa da minha vida, e que muito contribuíram para o meu amadurecimento acadêmico.

Às amigas Juliana Gomes e Vanessa Hayanne, exemplos de dedicação, simplicidade e amizade sincera que também apoiaram muito.

“Todos os homens estão interligados numa teia sem escape de mutualidade, entrelaçados num único tecido do destino. O que quer que afete alguém diretamente, afeta a todos indiretamente. Não posso nunca ser o que deveria ser até você ser o que deveria ser e você não pode nunca ser o que deveria ser até que eu seja o que devo ser.”

(Martin Luther King)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo central diagnosticar as características do ensino de auditoria nos cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Tal diagnóstico, por meio de levantamento de dados no ensejo de compará-los com o que se oferece pelas grandes firmas de auditoria, que fazem parte das chamadas *Big Four*, na formação de seus auditores. Foram observados os conteúdos programáticos, a qualificação acadêmica e a experiência profissional dos professores, cargas horárias definidas, metodologia de ensino aplicada, formas de avaliação e bibliografias sugeridas nos cursos. Em relação aos questionários enviados às quatro grandes empresas de Auditoria, foram obtidas respostas de 2, o que representa 50% do universo pesquisado. Dentre as 12 faculdades que possuem o curso de Ciências Contábeis, com ensino presencial e turmas formadas, 9 atenderam a solicitação de informações, o que representa 75% do universo pesquisado. A pesquisa revelou a falta de experiência na área de alguns professores de auditoria, ao passo que, segundo a opinião dos gerentes, é de extrema importância no ensino da disciplina. O estudo mostrou, ainda, o papel importante das normas internacionais de auditoria no ensino da mesma (ainda segundo os gerentes das empresas), que apesar de seus conteúdos, na maioria das vezes estarem presentes em forma de tópicos nos conteúdos programáticos das disciplinas, não há citações diretas das normas técnicas e pessoais do auditor. Foram centradas as considerações em teoria abalizada, arregimentada nos autores Madeira, Ricardino Filho e Silva.

Palavras-chave: Ensino de Auditoria. Formação profissional. Educação Contábil.

ABSTRACT

The main purpose of this research is to analyze the characteristics of audit teaching in the accounting courses of Goiania and Aparecida de Goiania's higher education institutions. The research was conducted by the gathering of data and comparison to the information used by the big accounting firms (Big Four) when training their auditors. It has considered the course's syllabus, academic qualification, professors' professional experience, defined workload, teaching methods, forms of evaluation and the course's proposed materials. Surveys were sent to the big accounting firms (Big Four); however, only two of them replied, which represents 50% of the total researched population. From the twelve universities/colleges that offer classroom accounting courses, only nine of them replied to the questionnaires, which represent 75% of the total researched population. The research revealed a lack of experience from some professors in the audit area; in fact, according to audit managers the experience is extremely important when teaching an audit course. The study also showed the importance of international audit standards in the teaching of audit, but according to audit managers, even though most of the time international audit standards contents are present in the syllabus of audit courses, there are no direct citations of technical and personal standards of an auditor. Considerations were centered in theory authoritative, the authors regimented Madeira, Ricardino Filho and Silva.

Key words: Audit Teaching; Professional Training; Accounting Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB: Banco Central do Brasil
CES: Câmara de Educação Superior
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPCs: Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CTs: Comunicados Técnicos
CVM: Comissão de Valores Mobiliários
FBC: Fundação Brasileira de Contabilidade
IBRACON: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IES: Instituições de Ensino Superior
IFAC: International Federation of Accounting
IPO's: Ofertas Públicas Iniciais
ISA: International Standard Auditing
ISAR: International Standards of Accounting and Reporting
MEC: Ministério da Educação
NBC: Normas Brasileiras de Contabilidade
ONU: Organização das Nações Unidas
PWC: PriceWaterhouseCoopers
SA's: Sociedades Anônimas
SUSEP: Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Problema e Justificativa de Pesquisa.....	12
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	15
1.2.2 Objetivos Específicos.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Origem e Evolução da Auditoria.....	17
2.2 Práticas de Ensino da Auditoria Contábil	20
2.3 Regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis	22
2.4 Normas de Auditoria	25
3. METODOLOGIA	30
3.1 Classificação da Pesquisa.....	30
3.2 Técnicas para Obtenção de Dados	31
3.3 Seleção das Faculdades e das Firmas de Auditoria.....	32
4. ANÁLISE DOS DADOS	34
4.1 Disposição e quantidade horas / aula das disciplinas de Auditoria.....	35
4.2 Semestre em que as disciplinas são ministradas	36
4.3 Bibliografia indicada pelos Planos de Ensino.....	38
4.4 Conteúdo Programático.....	39
4.5 Metodologia de Ensino e Formas de Avaliação.....	43
4.6 Formação e experiência do professor.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A	52
APÊNDICE B.....	55
APÊNDICE C.....	56

INTRODUÇÃO

A Contabilidade é a Ciência destinada a estudar e controlar o patrimônio das entidades, do ponto de vista econômico e financeiro, ao se observar seus aspectos quantitativos e qualitativos e as variações por ele sofridas (FRANCO e MARRA, 2001).

Dentre as técnicas contábeis destacam-se:

- a) Escrituração: registro dos fatos que ocorrem no patrimônio das entidades.
- b) Demonstrações Contábeis: fatos reunidos em demonstrações sintéticas (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido e Demonstrativo de Fluxo de Caixa).
- c) Auditoria contábil: exame de documentos, livros e registros, inspeções, obtenção de informações internas e externas, obedecendo a normas apropriadas de procedimentos, visando determinar se as demonstrações contábeis representam com fidelidade a situação nelas apresentadas.
- d) Análise de demonstrações contábeis: decompor, comparar e interpretar as demonstrações contábeis.

A Auditoria, portanto, corresponde à técnica contábil que objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com as práticas contábeis (FRANCO e MARRA, 2001).

Por esse âmbito, os trabalhos das empresas de auditoria independente são fundamentais para a validação e credibilidade das demonstrações contábeis. Muitos usuários externos dependem destes para a tomada de decisões econômicas; uma vez que não acompanham os processos internos das empresas, como por exemplo, os investidores, credores, clientes e o governo.

A evolução da Contabilidade no Brasil, segundo pesquisas de Bacci (2002), enfatiza a influência da legislação na profissão contábil, os esforços para o reconhecimento da profissão e para a criação de órgãos de classe.

Aponta como conseqüências da legislação sobre a profissão, a padronização das demonstrações contábeis, a necessidade de fiscalização do exercício da profissão pelos órgãos de classe e a criação no século XX dos cursos técnicos, profissionalizantes e superiores.

O ensino de Contabilidade no Brasil, como curso específico surgiu por volta de 1950. No entanto, do início até meados da década de 60, havia muito pouca ênfase a disciplina de Auditoria. Tal fato parece uma condição natural, pois se for analisado o desenvolvimento desta atividade no Brasil, é possível se constatar, de fato, o crescimento da profissão de auditor foi significativo após 1965.

No entanto, segundo Madeira (2001), o crescimento da profissão não foi integralmente correspondido pelos cursos de Ciências Contábeis. As disciplinas de Auditoria ainda não têm destaque nos currículos das diversas faculdades, o número de mestres com esta especialização é mínimo e o de doutores, irrisório.

Diante dos avanços tecnológicos e a economia globalizada, é essencial a melhoria na qualificação dos auditores, no que diz respeito à habilidade e aos perfis adequados às exigências do mercado atual.

Para atender as exigências do mercado de trabalho, o estudo multicaso sobre a formação comportamental de auditores contábeis independentes de Alberton e Beuren (2003) revela que muitas vezes não adquiridas nos cursos de graduação, as empresas de auditoria realizam treinamentos em seus processos de recrutamento de estagiários, *trainees*, auxiliares e assistentes, no intuito de aprimorar as competências e habilidades comportamentais dos auditores.

Além desses cursos, as empresas incentivam a realização de cursos de pós-graduação, língua inglesa, seminários externos e palestras sobre assuntos diversos. A maioria das empresas paga estes cursos para seus auditores.

1.1 Problema e Justificativa de Pesquisa

Hoje, no Brasil, há cada vez mais a exigência do desenvolvimento de novas habilidades e competências dos bacharéis em Ciências Contábeis, devido principalmente à expansão na oferta dos cursos de nível superior e a implantação de sistemáticas de avaliação desses cursos.

A partir da evolução natural da informática, com o Sistema Público da Escrituração Digital (SPED), por exemplo, e com o processo de convergência das normas de Contabilidade brasileiras aos padrões internacionais, torna-se cada vez mais necessária uma preparação maior na formação dos contadores.

No entanto, há muitas dúvidas ainda em relação ao nível de ensino e adequação às exigências feitas no campo profissional nessa área. A este respeito, Iudícibus e Marion (1986, p. 51-3) levantam algumas indagações:

Será que as escolas de Contabilidade estão cumprindo sua função de adequar o ensino às exigências do campo de avanço profissional contábil? – Será que estas escolas estão se esmerando no sentido de currículo, laboratório de ensino, pesquisas, professores, metodologia de ensino, material didático e de apoio etc. com o objetivo de melhorar o ensino?

Desse contexto, extrai-se a percepção de que as instituições responsáveis pela formação dos futuros contadores e auditores e, principalmente, seus currículos, sejam alvo de criteriosa análise, em especial, no que se refere a sua atualização frente às crescentes exigências do mercado, em franco processo de globalização.

Há muitos anos, as grandes empresas de Auditoria disponibilizam o conjunto de conhecimentos necessários para a execução da profissão do auditor por meio de específicos programas de treinamento.

Madeira (2001) relata que, de forma geral, as empresas de auditoria independente têm recrutado seus novos profissionais entre os alunos ou recém-formados dos cursos de Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Economia.

Têm dado preferência a recrutar o que denominam “talentos”, independentemente de seu conhecimento técnico; os “talentos”, do ponto de vista destas empresas, podem ser moldados e forjados na própria empresa, por meio dos já mencionados programas de treinamento.

Diante desse cenário, torna-se interessante destacar as características principais do ensino de Auditoria nas Instituições de Ensino Superior, ao estabelecer uma problemática.

Vergara (2004) destaca que problemas formulados de maneira inadequada podem colocar por terra todo um trabalho e acrescenta, ainda, que “se a definição adequada de um problema, por si só, não garante o êxito de uma produção científica, a definição inadequada, certamente, garante seu insucesso”.

Problematizar um tema, segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 5) é: “[..] formular com clareza e precisão um problema concreto a ser estudado.” A questão de pesquisa, ainda segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 5): “[..] poderá ser expressa, preferencialmente, em forma interrogativa, buscando relacionamento entre variáveis”.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa está relacionada às possíveis limitações do ensino de auditoria nas Instituições de Ensino Superior, se comparado às exigências das grandes firmas de auditoria, chamadas de *Big Four*.

Para tanto, tem-se a seguinte problemática norteadora de pesquisa: como se dá a formação em auditoria contábil nas Instituições de Ensino Superior de Goiânia e Aparecida de Goiânia? As características de ensino atentem às necessidades das grandes firmas?

Martins e Theóphilo (2009) apontam que é importante num projeto de pesquisa responder uma questão, por escrito, com clareza e precisão. A questão é: Por que fazer?

Sobre tal questionamento, os autores assinalam que é preciso relatar os antecedentes do problema, a relevância de se estudar o tema proposto, bem como argumentar sobre a importância prática/teórica dos possíveis achados do estudo que pretende desenvolver.

Uma das justificativas relevantes da pesquisa corresponde à importância da auditoria como um dos meios de que a contabilidade dispõe para atingir suas finalidades, completando-a e valorizando-a.

Além disso, como já foi dito anteriormente, a auditoria destina-se a confirmar os registros contábeis e seus relatórios, com o intuito de confirmar suas adequações. Desta forma, o profissional da área tem acesso e trabalha com informações de vários interesses, seja da sociedade de forma ampla (proteção contra possíveis quebra de empresas), seja da empresa auditada (imagem perante o público), seja simplesmente do seu acionista (credibilidade das informações). Logo, o papel da auditoria na sociedade tem crescido a cada dia ao exigir dos profissionais a qualificação e a eficiência.

Justifica-se ainda a pesquisa, ao se levar em consideração uma demanda significativa do profissional de auditoria na ótica do mercado de trabalho. Segundo Ricardino Filho (2002)

aponta, cerca de 800 universitários são recrutados anualmente pelas empresas de auditoria em atividade no país, que oferecem oportunidades de carreira, além de atualização constante.

Adicionalmente, o sítio *Valor Online* em 28 de fevereiro de 2011, informa que:

A retomada da temporada de IPO's (ofertas públicas iniciais) em 2011, as mudanças na adoção das regras contábeis pelas companhias e a falta de profissionais com formação em contabilidade têm feito as grandes empresas de auditoria se movimentar em busca de talentos. A procura é tanta que as chamadas *Big Four - Deloitte, Ernst & Young, Terco, KPMG e PriceWaterhouseCoopers (PWC)* - decidiram, este ano, aumentar o número de vagas para seus programas de *trainees*, tradicional porta de entrada nessas organizações. Além disso, estão recorrendo a *headhunters* com mais frequência que no passado e apostando em novos programas de recrutamento.

Nesse contexto, verifica-se que o profissional de auditoria apresenta destaque no meio acadêmico profissional, considerando-se que cabe ao auditor propiciar segurança e confiabilidade aos usuários das informações contábeis no que diz respeito à divulgação das demonstrações financeiras.

Por se tratar o termo auditoria como um conteúdo com importante representação nas Instituições de Ensino Superior em Ciências Contábeis, a relevância desse estudo está em identificar as condições gerais sob a aplicação de tais conteúdos nas universidades, bem como seus ministrantes e estabelecer uma simetria ao que é oferecido pelas empresas *Big Four* na formação de seus auditores, uma vez que é indiscutível a grande exigência da área no mercado.

1.2 Objetivos

Os objetivos revelam o que se deseja fazer, o que se pretende. Conforme Oliveira (2003, p. 132):

O objetivo geral procura dar uma visão ampla da pesquisa. O pesquisador deve mostrar a importância do assunto e a temática proposta. Também deve apresentar a relevância do trabalho a ser desenvolvido e sua contribuição para a ampliação do conhecimento geral relativo a ele.

Já o objetivo específico, Oliveira (2003) define como o ponto central da pesquisa. Isso significa que, dentro da idéia geral do trabalho, deve-se ressaltar a idéia específica a ser desenvolvida, ou seja, o objetivo específico é o detalhamento do objetivo geral, ao indicar exatamente o que será realizado na pesquisa.

Com base no exposto, a presente pesquisa apresenta os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Diagnosticar, de forma descritiva, as características principais do ensino de Auditoria nos cursos de graduação de Ciências Contábeis das Instituições de ensino superior de Goiânia e Aparecida de Goiânia, em seguida, avaliar se as peculiaridades deste ensino atendem às necessidades das grandes firmas de auditoria, as *Big Four*.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- a) Analisar a disposição e carga horária das disciplinas de Auditoria ministradas nos Cursos em Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de Goiânia e Aparecida de Goiânia, assim como o semestre em que tais disciplinas são ministradas;
- b) Levantar a bibliografia predominante utilizada pelos professores das disciplinas de auditoria nas IES e identificar as referências bibliográficas indicadas nas grandes firmas de auditoria;
- c) Estabelecer os conteúdos programáticos mais empregados no ensino de Auditoria dos cursos de graduação em Ciências Contábeis de Goiânia e Aparecida de Goiânia;
- d) Analisar os conteúdos programáticos dos cursos de capacitação profissional oferecidos pelas empresas especializadas em auditoria e verificar quais conteúdos podem ser considerados indispensáveis na formação acadêmica de um auditor;

- e) Identificar as formas de avaliação e metodologia de ensino aplicada, nos dois âmbitos de pesquisa;
- f) Identificar a qualificação acadêmica e a experiência profissional dos professores que ministram tais cursos, tanto nas IES, como nas grandes firmas de Auditoria;
- g) Avaliar o grau de compatibilidade entre os conteúdos abordados nos cursos, formas de avaliações, bem como a possível disparidade entre as cargas horárias definidas e a metodologia de ensino aplicada, nos dois públicos-alvo;

Tais objetivos preconizam estabelecer a relação entre o ensino de Auditoria nas Instituições de Ensino Superior e o que as grandes firmas de Auditoria, as chamadas *Big Four*, exigem na formação do auditor.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

É nesta seção onde é apresentado o levantamento preliminar da literatura que servirá de base para fundamentação teórica da monografia. Deve-se apresentar uma correlação entre a bibliografia a ser pesquisada e problema da pesquisa.

Neste sentido, Martins e Theophilo (2009) argumentam que a revisão não se trata de uma da exposição de referências bibliográficas, mas, sim, da construção da moldura conceitual sobre o tema pesquisado. Sendo assim, é necessário expor citações, apresentar e discutir pelo menos um estudo já publicado relacionado ao assunto pesquisado.

2.1 Origem e Evolução da Auditoria

Segundo Franco e Marra (2001), a auditoria surgiu em consequência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxaço do imposto de renda baseado no lucro expresso nas demonstrações contábeis. Tal expansão ocorreu de forma concomitante à evolução do Capitalismo, ao aumento do mercado e desenvolvimento econômico.

O surgimento e o progresso da auditoria decorreram, portanto, devido ao crescimento das empresas, ao aparecimento cada vez maior de sociedades anônimas, ao crescimento da importância do imposto sobre a renda, ao controle cada vez maior do poder público e à exportação de capitais.

A denominação “auditor” é antiga, mas não se conhece ao certo sua origem nem a data precisa em que se consagrou. Admite-se, porém, que seu surgimento aconteceu primeiramente na Inglaterra, em 1314, em que já se praticava auditoria nas contas públicas, sendo assim, primeira nação a possuir grandes empresas de comércio e primeira a instituir imposto sobre a renda.

Após o término da Segunda Grande Guerra, muitas empresas estrangeiras instalaram-se no Brasil. Como consequência, muitos novos escritórios estrangeiros de auditoria instalaram-se no país, destacando-se entre eles os americanos.

Segundo Carvalho e Ricardino Filho (2004), o primeiro Parecer de Auditoria foi do balanço da São Paulo *Tramway Light & Power Co*, relativo ao período compreendido entre junho de 1899 e 31 de dezembro de 1902, certificado pelos auditores canadenses *Clarkson & Cross* - atual *Ernst & Young*.

Ainda de acordo como Carvalho e Ricardino (2004), a primeira empresa de Auditoria Independente instalada no país foi a *Price Waterhouse & Peat Marwick*, em 1915. Esse pioneirismo, porém, é contestado pelo departamento de comunicações da *Deloitte* que assegura que a empresa instalou seu primeiro escritório no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1911, há exatos cem anos.

A primeira regulamentação da profissão contábil no Brasil ocorreu em 1931, como decreto 20.158 que estabeleceu a partir dessa data, somente os diplomados poderiam exercer a profissão.

Em 1945, segundo Carvalho e Ricardino Filho (2004), o Decreto-Lei nº 7.988 fez nova reestruturação do ensino, ao criar a Faculdade de Ciências Contábeis para formar contadores em nível superior, mantendo-se o curso em nível médio para a formação de técnico sem contabilidade, excluindo-se, porém, a atividade de auditoria contábil, que permaneceu como exclusiva do contador.

Ainda pelo Decreto-Lei nº 7.988, os contadores diplomados pelo regime do Decreto 20.158 foram equiparados aos diplomados por faculdades de Ciências Contábeis, incluída a auditoria. Quanto ao efetivo exercício da atividade de contador como profissional liberal, que se incluía a função do auditor independente, pouca atividade existia no Brasil antes de 1931.

Entretanto, o campo de exercício profissional permaneceu restrito por muitos anos, apesar do aparecimento de outras organizações de contadores, pois muitas das quais prestavam, predominantemente, serviços de assessoria contábil, fiscal e perícias.

O primeiro livro editado no Brasil sobre o assunto de autoria, segundo os autores já citados anteriormente, foi o denominado *Curso de Auditoria*, do Prof. Antônio Lopes de Sá, em 1957.

Um dos primeiros artigos a incursionar pelo tema foi publicado em 1928 e tinha por título “A Contabilidade na Grã-Bretanha”.

A partir da metade dos anos 1940, nota-se uma crescente produção literária sobre o assunto.

O início dos anos 60 daria início a uma produção literária mais consistente. Em 1962, a Revista Paulista de Contabilidade instituiria uma seção mensal voltada à Auditoria Contábil tendo como responsável o Prof. Ernesto Marra. Mais tarde, em 1973, o Prof. Stephen Kanitz publicava um livro denominado *Análise do Parecer do Auditor*.

No Brasil, desde 1965, o Poder Público tem reconhecido a necessidade da intervenção do auditor independente. Segundo Carvalho e Ricardino Filho (2004), a lei 4.728 de 14 de julho de 1965 é o texto legal pioneiro a auditoria e o auditor independente.

Art. 20. Compete ao Conselho Monetário Nacional expedir normas [...] relativas a:

§ 1º Caberá ainda ao Conselho Monetário Nacional expedir normas [...] relativas a:

a) [...];

b) organização do balanço e das demonstrações de resultado, padrões de organização contábil, relatórios e pareceres de auditores independentes registrados no Banco Central;

Art. 50. [...]

§ 3º Será obrigatório aos fundos em condomínio à auditoria realizada por auditor independente, registrado no Banco Central.

Segundo ainda Carvalho e Ricardino Filho (2004), depois da Lei nº 4.728, houve muitas disposições legais, normas complementares e atos administrativos referentes à matéria, tais como:

- a) Resolução nº. 220 do Banco Central do Brasil (BCB) de 1972 – institui auditoria obrigatória para as companhias abertas e disciplina o registro de auditores independentes.
- b) Circulares do BCB 178, 179 de 1972 – atos complementares a Resolução nº. 220, que regulamentam o registro do auditor e baixando normas gerais de auditoria e princípios de contabilidade.
- c) Lei nº. 6.385/76 – Cria a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estabelece que caiba à mesma registrar e fiscalizar os auditores independentes.
- d) Lei nº. 6.404/76 – Estabelece a obrigatoriedade de Auditoria Independente para as companhias abertas, além de baixar normas contábeis e obediências aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.
- e) e) Lei 11.638/07 – Estabelece a obrigatoriedade de Auditoria Independente também para as sociedades de grande porte.

Hoje, no Brasil, para exercer a profissão de auditor independente, é preciso ter prerrogativa profissional dos contadores legalmente habilitados por registro em Conselho Regional de Contabilidade e obter registro como auditor independente junto a CVM. O interessado deve satisfazer as Normas de Registro contidas na Instrução CVM nº 308, de 14/05/99.

2.2 Práticas de Ensino da Auditoria Contábil

Como já mencionado anteriormente, a partir de Carvalho e Ricardino Filho (2004), a introdução do ensino da Auditoria nos cursos superiores de Ciências Contábeis, foi formalmente introduzida em nosso país por força do Decreto-Lei nº. 7988, de 22 de setembro de 1945, cuja disciplina foi denominada de “Revisões e Perícia Contábil”.

Segundo Bueno (1964 *apud De Oliveira, Spessato, Ishikura e Scarpin 2008*), a primeira reestruturação de porte no conteúdo programático dos cursos de Ciências Contábeis que viria a alterar a denominação da disciplina de Auditoria, deu-se em 1963, por resolução do Conselho Federal de Educação.

A resolução tinha por objetivo fixar o currículo mínimo e a duração dos cursos de Ciências Contábeis. Nesta ocasião, a denominação da disciplina de Auditoria, passou a ser ‘Auditoria e Análise de Balanços’.

Quase trinta anos depois, o Conselho Federal de Educação promoveu nova alteração no conteúdo mínimo e na duração dos cursos de Ciências Contábeis. Nesta ocasião, a já denominada disciplina de Auditoria ganhava *status* de conhecimento obrigatório de formação profissional específica porque a própria profissão já ganhava destaque.

Em 2002, por intermédio do Parecer CNE/CES nº. 146/2002 a obrigatoriedade da disciplina de Auditoria na matriz curricular foi mantida.

Em sua pesquisa sobre as limitações encontradas no ensino da auditoria nos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, Ricardino Filho (2003) revelou por meio da tabulação de dados que os docentes encarregados de disseminar os conhecimentos inerentes à atividade não possuem nem experiência profissional adequada, nem a formação acadêmica mínima desejável.

Revelou, ainda, que os livros indicados por eles próprios e que deveriam dar apoio às aulas ministradas apresentam conteúdo defasado das práticas utilizadas desde a década de 90.

Os principais problemas apontados por Ricardino Filho (2003) são: professores que não possuem formação em Ciências Contábeis (20%); apenas três docentes concluíram mestrado em Ciências Contábeis; apenas um concluiu doutorado na área; docentes que nunca atuaram na área de auditoria ou que atuam, mas possuem pouca experiência prática; o tempo médio destinado ao ensino da disciplina, 121 horas/aula, corresponde a não mais do que 4,5% da carga horária total do curso; os livros de auditoria, indicados pelos docentes aos seus alunos, são anacrônicos no que diz respeito às técnicas de auditoria em uso pelas principais empresas da área, em todo o mundo.

Tal situação revela um ensino nas universidades não propício à formação adequada dos estudantes de Ciências Contábeis, para, depois de formados, exercerem a profissão da auditoria, uma vez que as próprias firmas de Auditoria sentem necessidade de realizar cursos de capacitação aos Auditores iniciantes.

Segundo outra pesquisa de Ricardino Filho (2002), sobre o ensino acadêmico x treinamento profissional, analisou-se em que extensão os conteúdos dos livros referenciais de auditoria, usados por professores brasileiros atendem aos requisitos mínimos sugeridos para a formação de contadores globais.

Foi ainda detectado que os aprendizes recrutados pelas empresas de auditoria atuantes no Brasil recebem treinamento dos contratantes, mesmo tendo estudado auditoria nos cursos superiores.

O autor apontou como razão da duplicação de esforços, as diferenças substanciais de objetivos em tais cursos e as distintas orientações adotadas pelas faculdades e empresas de auditoria; o que leva a adoção de diferentes conteúdos.

Diante desta situação, ao avaliar o ensino da disciplina de auditoria contábil nos cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de Curitiba, De Oliveira, Spessatto, Ishikura e Scarpin (2008) citam a necessidade de haver um consenso entre as IES, no sentido de aliar a teoria à prática, a exemplo dos Estados Unidos; aproximar a academia às empresas de auditoria, proporcionando aos estudantes além do conhecimento teórico, a vivência prática.

2.3 Regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, foram aprovadas inicialmente pelo Parecer CNE/CES n° 289/2003.

A seguir, com o Parecer CNE/CES n° 269/2004, houve a alteração do Parecer CNE/CES 289/2003 e da Resolução CNE/CES 6/2004, relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis.

Por fim, a Resolução CNE/CES n° 10/2004 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

Com o apoio da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através do trabalho realizado pelos professores componentes da Comissão criada pela Portaria CFC n° 13/06, de 3/2/2006, para atender à Resolução CNE/CES n° 10/04, de 10/12/2004 nos segmentos de educação presencial e à distância, criaram em 2008 uma proposta inspirada no contexto do ensino da Contabilidade no Brasil pretendendo ser um subsídio para a organização da matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis.

A seguir, apresenta-se a proposta da disciplina de Auditoria sugerida com a seguinte estrutura: título, ementa, objetivo, conteúdo programático e bibliografia básica.

Título:	Auditoria
Ementa:	Conceitos Básicos de Auditoria; Normas Técnicas e Profissionais de Auditoria (NBC-T e NBC-P); Planejamento de Auditoria; Seleção da Amostra e Avaliação de Risco; Controle Interno; Papéis de Trabalho; Pareceres de Auditoria; Auditoria das Contas Patrimoniais; Auditoria das Contas de Resultado; Relatórios de Auditoria; Revisão pelos Pares.
Conteúdo Programático	Conceitos Básicos de Auditoria
	Contextualização Auditoria interna Auditoria externa Controle interno
	Normas Técnicas e Profissionais de Auditoria
	Fundamentos da auditoria contábil Perfil do auditor contábil Normas brasileiras de auditoria Normas da IFAC
	Planejamento de Auditoria
	Conceituação Objetivos Plano e programa de auditoria Realização de testes de auditoria Realização de procedimentos de revisão analítica
	Seleção da Amostra e Avaliação do Risco
	População e estratificação Tamanho da amostra Amostra aleatória, sistemática e causal Avaliação dos resultados da amostra Avaliação da razoabilidade de estimativas contábeis Modelo de risco de auditoria Evidência Avaliação do negócio
	Controle Interno
	Conceitos Objetivos Avaliação da integridade da administração Entendimento e avaliação da estrutura e sistemas de controle Entendimento da estrutura e dos sistemas contábeis
	Papéis de Trabalho
	Finalidade Forma e conteúdo Confidencialidade, custódia e propriedade Tipos de papéis de trabalho Preparação de papéis de trabalho Revisão de papéis de trabalho Arquivos de papéis de trabalho
	Pareceres de Auditoria
	Conceito Estrutura Normas do parecer dos auditores independentes Responsabilidade Tipos de parecer (com ressalva, sem ressalva, parecer adverso, com abstenção de opinião) Parágrafo de ênfase
	Auditoria das Contas Patrimoniais
	Objetivos Ativo circulante Ativo realizável a longo prazo Ativo permanente Exigibilidades e do resultado de exercícios futuros Patrimônio líquido

Título:	Auditoria
Conteúdo Programático:	Auditoria das Contas de Resultado
	Objetivos Despesas Receitas
	Relatórios de Auditoria
	Contextualização Conteúdo Relatório circunstanciado Relatório de recomendações
	Revisão pelos Pares
	Objetivos Procedimentos Relatórios de revisão pelos pares
Bibliografia Básica:	ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 85 224-3503-0.
	ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998. ISBN 85 224-1829-2.
	BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 85 224-3244-9.

Quadro 1: Proposta da Disciplina de Auditoria sugerida pela Fundação Brasileira de Contabilidade e Conselho Federal de Contabilidade

Fonte: Elaboração a partir de CARNEIRO et. al. (2008)

Observa-se na proposta elaborada pela Fundação Brasileira de Contabilidade e Conselho Federal de Contabilidade a grande abrangência das normas internacionais de auditoria, não só pelo fato de terem sido citadas, mas, também, por integrar os demais assuntos levantados.

É possível constatar, ainda, que uma das obras indicadas como bibliografia básica, é a obra de Boyton, livro de origem americana, que foi traduzido no Brasil, ao colocar em destaque ainda mais a importância da internacionalização das normas brasileiras de auditoria.

A regulamentação brasileira das diretrizes curriculares dos cursos em Ciências Contábeis dá autonomia às Instituições de Ensino Superior na formação de seus planos de ensino, por não haver uma padronização, propriamente dita.

Como Madeira (2001) ressalta, há vantagens e desvantagens na padronização dos currículos que, quando padronizados, são muito interessantes para permitir uma uniformidade no ensino, qualquer que seja a escola ou sua localização. Segundo ainda o mesmo autor, esta uniformidade pode ser importante, mas por si só, não é garantia do ensino nem do aprendizado. Quando os currículos são extremamente padronizados, introduzem um engessamento nos professores e tiram toda possibilidade de uso da criatividade.

2.4 Normas de Auditoria

Por ser uma atividade organizada e exclusiva de uma categoria profissional, a Auditoria Contábil ou Independente é objeto de regulamentação, principalmente por parte do órgão fiscalizador da profissão, o Conselho Federal de Contabilidade.

Entende-se por Normas Brasileiras de Contabilidade, de acordo com a Resolução CFC nº 751/93 (revogada pela Resolução CFC nº 1.156/09):

- (i) o Código de Ética Profissional do Contabilista;
- (ii) as Normas de Contabilidade;
- (iii) as Normas de Auditoria Independente e de Asseguração;
- (iv) as Normas de Auditoria Interna; e
- (v) as Normas de Perícia.

A Figura 1 apresenta a divisão das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Código de Ética										
Normas Brasileiras de Contabilidade										
Contabilidade			Auditoria e Asseguração				Auditoria Interna		Perícia	
Profissionais	NBC PG			Normas Profissionais do Auditor Independente – NBC PA				Normas Profissionais do Auditor Interno NBC PI		Normas Profissionais do perito NBC PP
	Técnicas	NBC TS	NBC TSP	NBC TE	NBC TA	NBC TR	NBC TO	NBC TSC	NBC TI	

Figura 1: Normas Brasileiras de Contabilidade

Fonte: Longo (2011, p. 7)

Assim, as Normas de Auditoria Independente e de Asseguração fazem parte do grupo das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Conforme elencados por Pinho (2007), no Brasil, os órgãos que regulamentam a Auditoria são, entre outros:

- a) Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON);
- b) Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- c) Banco Central do Brasil;
- d) Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e
- e) Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

As Normas de Auditoria são padrões técnicos que objetivam qualificação na condução de trabalhos de auditoria e garantir atuação consistente tecnicamente suficiente do autor de seu parecer, assegurando, a todos aqueles que dependem da sua opinião, a observação de uma série de requisitos considerados indispensáveis para o trabalho concretizado.

Em consonância com as Normas Internacionais de auditoria, no final de novembro de 2009, o CFC aprovou as primeiras 37 novas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria Independente, conhecidas como “NBC TA”, e uma Norma Brasileira de Contabilidade Profissional do Auditor Independente (NBC PA). As Resoluções do CFC que aprovaram estas normas são as de nº 1.201 à 1.238.

Segundo Campelo (2010), é importante lembrar que as auditorias independentes de demonstrações contábeis para períodos completos ou intermediários que se findam antes de 30 de dezembro de 2010, deverão seguir as Normas de Auditoria “anteriores” (NBC T 11 e NBC P1), tal fato porque as “novas normas” devem ser entendidas para inclusão de auditorias de demonstrações contábeis para períodos superiores a 12 (doze) meses, contados a partir da data de início da vigência das referidas normas, ou seja, 1º de janeiro de 2010.

As Normas de Auditoria “anteriores” denominadas NBC T 11 e NBC P1 foram estabelecidas pela Resolução CFC 820/97 e 821/97.

As Normas Profissionais do auditor independente (NBC T 11), de acordo com Albuquerque (2009), apresentam as regras para a pessoa do auditor no exercício da sua atividade, ao tratar de atributos como: competência técnico-profissional; independência; sigilo; responsabilidade pela utilização do trabalho do auditor interno; responsabilidade pela utilização do trabalho de especialistas; informações anuais aos Conselhos Regionais de Contabilidade; educação continuada; e exame de competência profissional.

Já as Normas Técnicas do auditor independente (NPC P1), segundo ainda Albuquerque (2009), conceituam a Auditoria e estabelecem regras gerais sobre as técnicas

utilizadas na condução dos trabalhos do auditor independente, tais como: procedimentos de Auditoria; papéis de trabalho; fraude e erro; e execução dos trabalhos.

As Novas Normas de Auditoria mantém a mesma numeração original trazida pelo IFAC (*International Federation of Accounting*), órgão que estabelece as normas de auditoria internacionais que são incorporadas pela legislação nacional dos países que participam como seus membros, para fins de facilitar as citações e revisões futuras e para confirmar a equivalência entre as normas de auditoria brasileiras e internacionais.

Em relação às novas Normas de Auditoria Independente e de Asseguração, apresenta-se o seguinte esquema sobre sua estrutura:



Figura 2: Normas de Auditoria Independente e Asseguração

Fonte: Longo (2010, p. 15).

Segue no quadro 2 a numeração e denominação das “novas” normas de Auditoria:

NORMAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE E ASSEGURAÇÃO	
	Seção 200 - Princípios Gerais e Responsabilidades
TA's	200 Objetivos gerais do auditor independente e a condução de uma auditoria de acordo com as normas de auditoria
	210 Concordando com os termos de um trabalho de auditoria
	220 Controle de qualidade de uma auditoria de demonstrações contábeis
	230 Documentação de auditoria
	240 Responsabilidades do auditor relacionadas com fraude em uma auditoria de demonstrações

NORMAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE E ASSEGURAÇÃO	
TA's	<p>contábeis.</p> <p>250 Consideração de leis e regulamentos em uma auditoria de demonstrações contábeis</p> <p>260 Comunicação com os responsáveis pela governança</p> <p>265 Comunicação de deficiências nos controles internos aos responsáveis pela governança e administração</p>
	Seções 300 e 400 - Avaliação dos Riscos e Respostas aos Riscos Avaliados
	<p>300 Planejamento de uma auditoria de demonstrações contábeis</p> <p>315 Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e de seu ambiente</p> <p>320 Materialidade no planejamento e na execução de uma auditoria</p> <p>330 Respostas do auditor aos riscos avaliados</p> <p>402 Considerações de auditoria referentes ao uso por uma entidade de uma outra organização de serviços</p> <p>450 Avaliação das distorções identificadas durante a auditoria</p>
	Seção 500 - Evidência de auditoria
	<p>501 Evidências de auditoria - Considerações específicas para itens selecionados</p> <p>505 Confirmações externas</p> <p>510 Trabalhos iniciais - Saldos iniciais</p> <p>520 Procedimentos analíticos</p> <p>530 Amostragem em auditoria</p> <p>540 Auditoria de estimativas contábeis, incluindo estimativas contábeis de valor justo, e divulgações relacionadas</p> <p>550 Partes relacionadas</p> <p>560 Eventos subseqüentes</p> <p>570 Continuidade</p> <p>580 Representações formais da administração.</p>
	Seção 600 – Utilização do trabalho de outros
	<p>600 Considerações especiais - Auditorias de demonstrações contábeis de grupos (incluindo o trabalho dos auditores de componentes)</p> <p>610 Utilização do trabalho de auditoria interna</p>

NORMAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE E ASSEGURAÇÃO	
TA's	<p>Seção 700 Conclusão dos trabalhos e Relatórios</p> <p>700 Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.</p> <p>705 Modificações na opinião do auditor independente</p> <p>706 Parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no parecer do auditor independente</p> <p>710 Informações comparativas -- Valores correspondentes e demonstrações contábeis comparativas</p> <p>720 Responsabilidade do auditor em relação a outras informações incluídas em documentos que contenham demonstrações contábeis auditadas</p>
	<p>Seção 800 Áreas Específicas</p> <p>800 Considerações especiais - Auditorias de demonstrações contábeis preparadas de acordo com estruturas conceituais de contabilidade para propósitos especiais</p> <p>805 Considerações especiais - Auditoria de quadros isolados das demonstrações contábeis e de elementos, contas ou itens específicos das demonstrações contábeis.</p> <p>810 Trabalhos para reportar sobre demonstrações contábeis Condensadas</p>
Outras NBC's	NBC PA - Controle de qualidade para auditores (pessoas jurídicas e físicas) que executam exames de auditoria e revisões de informação contábil histórica, outros trabalhos de asseguração e serviços correlatos.
	NBC TR 2400 – Trabalhos de Revisão de Demonstrações Contábeis
	NBC TR 2410 – Revisão de Demonstrações Contábeis Intermediárias Executadas pelo Auditor Independente da Entidade
	NBC TSC 4400 – Trabalhos de Execução de Procedimentos Acordados Relacionados com Informação Contábil
	NBC TA 4410 – Trabalhos de Compilação

Quadro 2 – Normas de Auditoria

Fonte: Elaboração própria a partir de Longo (2010)

É importante destacar que a Resolução CFC nº 1.325, de 18/02/11, altera a data de aplicação das NBC PA, NBCs TA e NBCs TR, aprovadas pelas Resoluções CFC ° 1.201/09 a 1.238/09; 1.274/10 e 1.275/10 e, no que for pertinente, os CTs (Comunicados Técnicos) aprovados pelas Resoluções CFC nº 1.320/11 a 1.322/11, para os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas não reguladas.

Visto que o Conselho Federal de Contabilidade incentiva também as pequenas e médias empresas ao uso das normas internacionais de Auditoria, torna-se, assim, proeminente salientar tais normas por estas serem pontos norteadores na formação dos auditores, independente do campo da atuação da auditoria, seja pequenas ou grandes empresas.

3. METODOLOGIA

Esta seção tem o propósito de apresentar a metodologia utilizada na pesquisa, partindo num primeiro momento da sua classificação, com a seguida evidência das técnicas para obtenção de dados e por fim, apresentação dos critérios de seleção da amostra.

3.1 Classificação da Pesquisa

A classificação da pesquisa segue o critério de Silvia e Menezes (2001), que propõe a classificação das investigações com base na sua natureza; abordagem; objetivos gerais e a partir dos procedimentos técnicos utilizados.

Desta forma, quanto à natureza, a pesquisa foi aplicada, já que objetivou gerar conhecimentos para aplicação prática, como, por exemplo, ressaltar a possível necessidade de reformulação e adaptações na formação dos auditores nas instituições de ensino superior para se equiparar às necessidades das firmas de auditoria.

Ao mesmo tempo, a abordagem do problema foi de forma qualitativa, uma vez que esta terá caráter descritivo comparativo ao se fazer análise dos planos de ensino das disciplinas de Auditoria das diferentes Instituições de Ensino Superior, currículo dos ministrantes das disciplinas e respostas dos questionários aplicados aos gerentes das grandes empresas de auditoria, não sendo necessários métodos e técnicas estatísticas.

Buscou-se fazer a análise qualitativa do conteúdo, carga horária, bibliografias utilizadas, metodologia de ensino e formas de avaliação tanto do ensino de auditoria nas IES quanto na capacitação profissional nas firmas de auditoria.

Analisou-se, ainda, qualitativamente, os currículos dos ministrantes das disciplinas para saber o perfil destes quanto a sua formação e experiência, além das respostas dos questionários aplicados aos gerentes das grandes empresas de auditoria a fim de obter informações sobre as empresas, bem como a opinião destes em relação às disciplinas de auditoria dos cursos de Ciências Contábeis.

Quanto aos objetivos gerais, a pesquisa foi exploratória já que, de acordo com Gil (2002), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Faz-se necessária, para contextualizar o estudo, a utilização de pesquisa bibliográfica que, de acordo com Silvia e Menezes (2001), é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.

A pesquisa documental, elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, também foi de grande valia para a exploração bibliográfica do problema. Como por exemplo, a análise dos planos de ensino das instituições de ensino.

Quanto aos procedimentos, além da pesquisa bibliográfica e documental, foi necessária, ainda, a técnica de levantamento de dados. Tais instrumentos de coleta caracterizam um estudo empírico-analítico, que, segundo Martins e Theóphilo (2009) são abordagens que apresentam em comum a utilização de técnicas de coleta.

3.2 Técnicas para Obtenção de Dados

Como opção de coleta de dados das instituições de ensino, optou-se pela consulta em endereços eletrônicos, como por exemplo, o *site* do Ministério da Educação (MEC) para identificar as Instituições de Ensino Superior (IES) credenciadas existentes em Goiânia e Aparecida de Goiânia.

Para obtenção de mais informações, optou-se, ainda, pela análise qualitativa dos planos de ensino dos cursos de Ciências Contábeis disponíveis pelas instituições de ensino selecionadas e análise do currículo dos professores pela consulta no endereço eletrônico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Os planos de ensino foram conseguidos, a partir de contato com os coordenadores dos cursos, com professores, com alunos das instituições de ensino, bem como a partir da intervenção de terceiros que conhecem os professores ministrantes das disciplinas de auditoria. Os contatos foram feitos a partir de *e-mail*, telefone e em alguns casos, com a visita presencial à instituição.

Para o levantamento das informações relacionadas às firmas de auditoria, optou-se pela aplicação de um questionário aos gerentes destas. É importante ressaltar que as respostas dos questionários são do profissional em si e, talvez, não seja o pensamento igualitário da firma como um todo.

Martins e Theóphilo (2009) ressaltam que o questionário trata-se de um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever. Desse modo, aplicou-se um questionário aos gerentes das firmas de auditoria com a intenção de buscar informações, dados, opiniões e evidências sobre o que um auditor deve ter como conhecimento e aptidões para exercer a profissão com excelência.

No Apêndice A, está apresentado o questionário enviado via e-mail ao gerentes das grandes firmas de Auditoria.

3.3 Seleção das Faculdades e das Firmas de Auditoria

A amostra foi composta pelas instituições de ensino superior de Goiânia e Aparecida de Goiânia, bem como as grandes firmas de Auditoria, as chamadas *Big Four*.

Ao definir a abrangência da pesquisa foram, inicialmente, focalizadas as 25 entidades de ensino superior que mantêm cursos de Ciências Contábeis em Goiânia e Aparecida de Goiânia, conforme mostra a relação no Apêndice B.

Para tanto, como já especificado, utilizou-se a consulta ao no *site* do MEC para verificar que instituições de ensino na região são a ele credenciadas, além disso, obter as informações necessárias para entrar em contato.

No entanto, resolveu-se excluir da listagem as Instituições de Ensino à Distância e as que, após contato, foi verificado que não conseguiram formar nenhuma turma até o momento.

Dentre as 12 Instituições de Ensino Superior selecionadas, apenas 3 delas não deram autorização para que os coordenadores de curso ou professores atendessem as solicitações de envio de plano de ensino e em 2 Instituições de Ensino os próprios professores não quiseram colaborar com a pesquisa.

Destaca-se que, esses 2 professores forneceram os planos de ensino, porém não deram atenção a questionamentos adicionais em relação a informações não contidas nos planos de ensino.

Estes acontecimentos revelam um quadro triste no ensino superior, pois seus principais agentes – Instituição de Ensino e professor - não apóiam a realização de pesquisas científicas.

É importante destacar que uma das Instituições de Ensino, a Faculdade Padrão, possui duas unidades, uma em Goiânia e outra em Aparecida de Goiânia. Na disponibilização dos dados, ela foi citada apenas uma vez.

Segue a relação das 9 instituições que compuseram a amostra:

Centro Universitário de Goiás - Uni-Anhanguera
Faculdade Alves Faria – Alfa
Faculdade Araguaia – FARA
Faculdade Brasileira de Educação e Cultura - FABEC Brasil
Faculdade Padrão
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás
Universidade Federal de Goiás – UFG
Universidade Alfredo Nasser – UNIFAN
Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP

Quadro 3 – Instituições de ensino superior de Goiânia e Aparecida de Goiânia que possuem Cursos de Graduação em Ciências Contábeis e fizeram parte da amostra

Fonte: Elaboração própria a partir do Endereço eletrônico do MEC (<http://emec.mec.gov.br/>).

Logo, podemos quantificar a representatividade da amostra em relação ao universo da pesquisa (incluindo os cursos de Ciências Contábeis de ensino à distância, cursos inativos e de IES que não se dispuseram a colaborar com a pesquisa) em 36%.

O contato com as instituições foi efetuado por meio de *e-mail* e, quando necessário, por intermédio de telefone e endereço disponibilizados no site do MEC.

Correspondendo ao outro público-alvo da pesquisa, como já dito, foram selecionadas as empresas *Big Four* de auditoria, no entanto, apenas dois gerentes responderam o questionário: da KPMG e da *PricewaterhouseCoopers*.

O contato com estas últimas para a aplicação do questionário foi por intermédio de terceiros, por preenchimento de formulário no sítio das empresas na *internet*, e posteriormente via *e-mail* e telefone.

Como já dito anteriormente, as respostas obtidas nos questionários enviados às firmas de auditoria são estritamente dos gerentes, logo, podem não expressar opinião da empresa como um todo.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, serão apresentados os dados coletados junto às instituições que atenderam a solicitação das informações, por meio do contato com professores e coordenadores de curso, ao analisar comparativamente as características do ensino de Auditoria entre as Instituições de Ensino Superior selecionadas.

Apresenta-se, ainda, nesta seção, a avaliação se o ensino praticado é simétrico ao exigido pelas firmas de Auditoria de grande porte, as *Big Four*, na formação dos auditores, a partir da resposta dos questionários enviado aos seus gerentes.

As Instituições de Ensino participantes da pesquisa já listadas anteriormente, não serão identificadas na apresentação e análise dos dados. Seus nomes serão substituídos por letras maiúsculas, cuja ordem não guarda relação com a sequência apresentada.

A disposição das informações alcançadas a partir da resposta dos questionários aplicados às firmas de auditoria será abordada de forma concomitante à análise dos planos de ensino das IES, bem como a resultados de pesquisas já realizadas, ao lembrar que, não serão feitas menções individuais às respostas dos gerentes das duas firmas de auditorias que compuseram a amostra.

É importante ressaltar que não foram conseguidos os Planos de Ensino das disciplinas de Auditoria II da Instituição de Ensino C, nem o da disciplina de Auditoria I da Instituição de Ensino E, situação a qual levou ao comprometimento algumas análises. Portanto, no total, foram analisados dezesseis planos de ensino, do total de nove Instituições de Ensino Superior.

4.1 Disposição e quantidade horas / aula das disciplinas de Auditoria

A tabela 1 mostra as nomenclaturas das disciplinas relacionadas à Auditoria, bem como a sua carga horária em cada uma das faculdades.

Tabela 1: Disposição e quantidade de horas/aula das disciplinas

IES	Auditoria	Auditoria I	Auditoria II	Auditoria Contábil	Auditoria Contábil Aplicada	Auditoria de Sistemas Computadorizados	Total
A		80h/aula	80h/aula				160h/aula
B		72h/aula	72h/aula				144h/aula
C		60h/aula	60h/aula				120h/aula
D	72h/aula					72h/aula	144h/aula
E		60h/aula	60h/aula				120h/aula
F				60h/aula	60h/aula		120h/aula
G		60h/aula	60h/aula				120h/aula
H		64h/aula	64h/aula				128h/aula
I		72h/aula	72h/aula				144h/aula

FONTE: Elaboração própria a partir da pesquisa.

De acordo com a observação destes dados, pode-se constatar que:

- Todas as instituições de ensino superior têm 2 disciplinas relacionadas a Auditoria;
- 7 das 9 instituições de ensino superior utilizam como nomenclatura das disciplinas Auditoria I e Auditoria II;
- Apenas 1 instituição de ensino dispõe as disciplinas como Auditoria Contábil e Auditoria Contábil Aplicada;
- Apenas 1 instituição de ensino dispõe as disciplinas como Auditoria e Auditoria de Sistemas Computadorizados;
- A carga horária média é de 133,3 horas/aula por instituição de ensino;
- A maioria das instituições de ensino, no total 4 delas, apresentam 120horas/aula;
- Apenas 2 instituições de ensino apresentam carga horária total superior a 140horas/aula.

Conforme as respostas da questão elaborada sobre a carga horária da disciplina de auditoria oferecida nos cursos de capacitação de auditores iniciantes, constatou-se que as duas firmas de auditoria disponibilizam 160 horas, para Contabilidade básica e noções de auditoria.

Logo, observa-se que as instituições de ensino superior destinam um total de horas consideravelmente suficiente para as disciplinas de auditoria, ao se levar em consideração que

durante o curso todo são fornecidas disciplinas relacionadas à Contabilidade básica que também, entram no total de horas nos cursos de capacitação das firmas de auditoria.

Silva (2008), em sua dissertação de mestrado, chegou à conclusão a partir de questionário enviado a auditores, que em média, eles sugerem a carga horária mínima de 190 horas/ aula, um valor maior em relação ao que os gerentes de auditoria indicaram como carga horária dos cursos destinados aos auditores iniciantes, em resposta ao questionário da presente pesquisa.

Em sua pesquisa realizada, Ricardino Filho (2003), constatou o a média de 122 horas/aula das disciplinas de Auditoria, enquanto Silva (2008) levantou uma média de 86 horas/aula; ambas pesquisas ao abranger Instituições de Ensino de todo Brasil.

Já De Oliveira, Spessato, Ishikura e Scarpin (2008), em pesquisa realizada sobre o ensino de auditoria nos cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior em Curitiba, verificou a média de 120 horas / aula.

Tal fato mostra que as Instituições de Ensino Superior de Goiânia e Aparecida de Goiânia apresentaram média de horas/aula maiores em relação aos resultados de outras pesquisas. Só fica abaixo da média encontrada por Madeira (2001), em pesquisa realizada nos Cursos em Ciências Contábeis de IES Estado de São Paulo, em que a média das disciplinas de auditoria encontrada foi de 150,3 horas/aula.

4.2 Semestre em que as disciplinas são ministradas

Este item objetiva identificar os períodos em que são concentradas as disciplinas pesquisadas. Como todos os cursos analisados são semestrais, foi adotado o conceito de semestre. A seguir a tabela 2 dispõe sobre o semestre letivo em que as disciplinas são ministradas:

Tabela 2: Semestre letivo em que as disciplinas são ministradas

IES	Auditoria	Auditoria I	Auditoria II	Auditoria Contábil	Auditoria Contábil Aplicada	Auditoria de Sistemas Computadorizados
A						
B		7º	8º			
C		7º	8º			
D	6º					8º
E		7º	8º			
F				5º	6º	
G		7º	8º			
H		6º	7º			
I		6º	7º			

FONTE: Elaboração própria a partir da pesquisa

Observa-se que na linha destacada representada pela Instituição de Ensino Superior A, não há preenchimento de quais semestres as disciplinas dispostas são ministradas. Isso devido ao fato de não constar nos planos de ensino tais informações e pelo posterior não atendimento às tentativas de obtenção de informações adicionais junto as IES e professores.

Diante dos resultados, nota-se que na maioria das faculdades, em 4 delas, as disciplinas são ministradas nos 7º e 8º períodos (último ano de curso). Em 2 delas, são ministradas no 6º e 7º período. Em apenas 1 faculdade, no 5º e 6º período e outra no 6º e 8º período.

Em resposta a questão elaborada sobre em que momento do curso a disciplina de auditoria é mais viável a ser ministrada, um dos indagados do questionário, destacou no final do curso, enquanto a outra não soube mensurar.

Assim, em parte, verifica-se que os cursos de Ciências Contábeis das faculdades pesquisados estão correspondendo ao que as firmas de Auditoria vêm em relação ao momento de aplicação do conteúdo de auditoria no curso.

Constatando o que Madeira (2001) destacou em sua pesquisa, observa-se que estas disciplinas figuram nos currículos a partir do 3º e o 4º anos, uma vez que, nesta altura do curso, os alunos já tiveram formação básica geral e, também específica, em matérias relacionadas com a Contabilidade, ao facilitar o entendimento em relação aos temas.

Silva (2008) e De Oliveira, Spessato, Ishikura e Scarpin (2008) também chegaram às mesmas conclusões.

4.3 Bibliografia indicada pelos Planos de Ensino

Todas as bibliografias que apareceram como indicação nos planos de ensino das instituições de ensino pesquisadas encontra-se no Apêndice C, bem como a suas frequências.

É importante ressaltar que alguns planos de ensino vieram acompanhados de extensa bibliografia, fazendo acreditar que representam sugestões de consulta por parte dos professores. A maioria, porém, apresentou uma bibliografia básica e alguns indicaram, separadamente, uma relação de leitura complementar.

A seguir, a tabela 3 apresenta as bibliografias mais citadas com suas respectivas frequências:

Tabela 3 – Frequência das Bibliografias utilizadas nas disciplinas de Auditoria

Identificação da Obra	Frequência
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	8
ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.	7
FRANCO, Hilário. Auditoria contábil. São Paulo: Atlas, 2009 .	6
PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. Auditoria de demonstração contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	6
CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria Contábil. Teoria e prática. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	4
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas de contabilidade aplicadas à Auditoria. Disponível em < http://www.cfc.org.br >.	3
FIPECAFI, Manual da contabilidade societária: aplicável as demais sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.	3
LOPES DE SÁ, A. Curso de auditoria. São Paulo: Atlas, 2009.	3
SOUZA, Benedito Felipe e PEREIRA, Anísio Cândido. Auditoria Contábil: abordagem prática e operacional. São Paulo: Atlas, 2004.	3
ATTIE, William. Auditoria Interna. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 2ª Reimpressão 2009.	2
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade. 3ª Ed. Brasília: CFC, 2008.	2
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (IBRACON). Normas, procedimentos e comunicados de auditoria. Disponível em < http://www.ibracon.com.br >.	2
MAGALHÃES, Antônio de Deus, F. LUNKES, Irtes Cristina; MULLER, Aderbar Nicolas. Auditoria das Organizações. 1.ed. São Paulo: Atlas,2001.	2
OLIVEIRA, Luís Martins de et al. Curso Básico de Auditoria. São Paulo: Atlas, 2001.	2
Outras	23

FONTE: Elaboração própria

Para elaboração da tabela, incluiu-se as referências bibliográficas mais atualizadas, uma vez que na maioria das listagens das Instituições de Ensino apresentavam versões antigas da obras.

Com base nas respostas da questão sobre as principais bibliografias sugeridas e/ou oferecidas, uma das empresas destacou que não adota ou recomenda nenhuma referência bibliográfica, enquanto a outra indicou as normas emitidas pelo IASB.

Percebe-se que as empresas se resguardaram em citar obras, ao se impossibilitar a comparação. No entanto, ao se observar a disposição das bibliografias recomendadas pelas Instituições de Ensino, destaca-se que a indicação dos sítios do CFC, IBRACON na internet disponibilizam as normas de auditoria. É importante ressaltar, porém, que apenas 2 faculdades indicaram o site do CFC como referência bibliográfica, enquanto apenas 2 citaram o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, também como referência.

Isso mostra que a maioria das faculdades preocupava-se em citar obras esquecendo-se do que os órgãos reguladores da profissão do contador têm a contribuir para formação do auditor em relação à disponibilização das normas.

Podemos perceber, ainda, que as duas obras mais citadas nos planos de ensino das IES pesquisadas estão entre as bibliografias sugeridas pelo programa da disciplina de auditoria sugerido pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) apresentada anteriormente:

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Silva (2008) também levantou essas duas obras como as mais citadas nas disciplinas de Auditoria nos cursos de Ciências Contábeis do Brasil.

A outra obra sugerida pelo programa da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC) - BOYNTON, W.C; JOHNSON, R.N; KELL, W.G. Auditoria. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.) - foi citada apenas uma vez entre os planos de ensino, como mostra a tabela do Apêndice C.

4.4 Conteúdo Programático

A análise do conteúdo programático das disciplinas de Auditoria foi difícil devido à falta de detalhes em muitos dos planos de ensino e interpretação deficiente na abrangência da cobertura de certos temas.

Na tentativa de harmonizar as informações recebidas, os tópicos informados nos programas foram compatibilizados com algumas das áreas de ensino de auditoria.

Com base nessa harmonização dos conteúdos de auditoria, foi feito o levantamento da distribuição dos conteúdos programáticos da disciplina de auditoria nas IES pesquisadas, conforme demonstra a tabela 4.

É importante deixar claro, que nos casos das instituições de ensino superior em destaque (C e E), foram analisados apenas 1 plano de ensino de cada uma, o que não nos dá uma resultado preciso.

Tabela 4: Distribuição do conteúdo programático

Descrição do Conteúdo / Faculdades	A	B	C	D	E	F	G	H	I	Total
Conceitos Básicos de Auditoria	1	1	1	1		1	1	1	1	8
Planejamento de Auditoria		1	1	1	1	1	1	1	1	8
Controle Interno		1	1	1	1	1	1	1	1	8
Avaliações de Risco		1	1	1		1	1	1		6
Papéis de Trabalho		1	1	1	1	1	1	1		7
Evidências de Auditoria		1		1		1		1	1	5
Fraudes e Erros		1	1	1		1		1		5
Revisão Analítica		1	1			1	1	1		5
Normas Profissionais de Auditoria	1	1	1			1		1	1	6
Relatórios de Auditoria	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Auditoria das Contas Patrimoniais e de Resultado	1	1		1	1	1	1	1	1	8
Auditoria Operacional							1	1	1	3
Auditoria de Sistemas				1				1		2
Auditoria Fiscal						1	1		1	3
Noções de Perícia Contábil	1	1								2

FONTE: Elaboração a partir dos dados da pesquisa.

No tópico “Conceitos Básicos de Auditoria”, considerou-se a história e evolução da Auditoria no Brasil, aspectos sobre os órgãos relacionados à Auditoria e desenvolvimento da auditoria.

Os tópicos “Planejamento de Auditoria”, “Controles Internos”, “Avaliação de riscos”, “Papéis de Trabalho” e “Evidências de Auditoria”, “Fraudes e erros” e “Revisão Analítica”, correspondentes às técnicas de auditoria foram colocados separadamente a fim de saber quais aspectos específicos das normas técnicas são mais elencados.

Já no tópico “Normas Profissionais de Auditoria” foi possível considerar as normas aplicadas à pessoa do auditor: código de ética, independência do auditor, sigilo, educação continuada e revisão externa de qualidade pelos pares.

No tópico Relatórios de Auditoria, incluíram-se as normas técnicas de auditoria que tratam dos relatórios elaborados para expressar a opinião dos auditores, bem como as normas do IBRACON relacionadas a estes.

No tópico Auditoria das Contas Patrimoniais e de Resultado, incluiu-se a Auditoria das Demonstrações Contábeis e Grupos de Contas.

Optou-se, ainda, por incluir na tabela as áreas de “Auditoria Aplicada”, relacionando os conteúdos de Auditoria Fiscal, Auditoria Operacional e Auditoria de Sistemas.

Optou-se, ainda, por incluir na tabela, os tópicos de Auditoria Aplicada, como “Auditoria Operacional”, “Auditoria de Sistemas”, “Auditoria Fiscal”, além de “Noções de Perícia Contábil”.

Diante dos resultados, observou-se quantitativamente, que todas as instituições abordaram em seus planos de ensino, os Relatórios de Auditoria.

Observou-se ainda, que 8 das 9 IES citaram em seus planos de ensino os Conceitos Básicos de Auditoria, Planejamento de Auditoria, Controle Interno e Auditoria das Contas Patrimoniais. Verificou-se também, que 7 incluíram os papéis de trabalho e 6 avaliações de risco e Normas Profissionais de Auditoria.

Em relação às Evidências de Auditoria, Fraudes e erros e revisão analítica, 5 IES citaram-nas em seus planos de ensino das disciplinas de Auditoria.

Quanto às Auditorias Aplicadas, 3 das IES citaram a Auditoria Operacional e Auditoria Fiscal, enquanto 2 citaram a Auditorias de Sistemas e outras 2 também citaram Noções de Perícia Contábil.

Um aspecto importante que deve ser ressaltado é que, devido ao fato de muitos conteúdos programáticos serem genericamente sintéticos, tornou-se impossibilitado o conhecimento do nível de cobertura dado a temas específicos, por exemplo, alguns programas incluem o item Normas e Princípios de Auditoria.

Dessa forma, a inclusão desse tópico genérico nos planos de ensino não permite supor o nível de detalhes com que estas normas serão tratadas em sala de aula, nem quais normas são mais relevantes para cada professor.

Outro ponto que vale destacar é a diferença de termos na disposição dos conteúdos, por exemplo, algumas faculdades utilizaram para indicar os papéis de trabalho o termo documentação em auditoria.

Observou-se, ainda, que embora a maioria das faculdades cite os conteúdos contidos nas Normas de Auditoria, apenas 2 delas citaram as normas propriamente ditas, com

suas numerações e denominações, o que restringe aos alunos maior familiaridade com a identificação de tais normas.

A relevância do ensino das Normas Profissionais e Técnicas nas disciplinas de Auditoria nos cursos de Ciências Contábeis é de extrema importância, pois as normas internacionais de Auditoria (NBC PA's e NBC TA's estão em vigência para as auditoria em grandes empresas, especialmente as de interesse público (SA's). Para as demais a vigência foi prorrogada, mas o Conselho Federal de Contabilidade tem encorajado as firmas pequenas em usá-las.

É viável, ainda, esse levantamento a respeito das normas de auditoria no ensino das disciplinas nas universidades, uma vez que em resposta a questão elaborada às empresas de auditoria sobre qual o conteúdo programático da disciplina de auditoria ministrado aos auditores iniciantes ou recém formados, um dos gerentes respondeu Contabilidade básica e noções de auditoria, já o outro gerente destacou a abordagem da metodologia de auditoria que trata das normas básicas e todos os CPCs (Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

Houve, inclusive, a elaboração de uma questão a respeito, se são abordadas as normas de auditoria internacionais quando se ministra a disciplina de auditoria aos auditores iniciantes. Os dois gerentes responderam que sim. E quando perguntado quais pontos são abordados com mais ênfase, uma das respostas citou o ISA (International Standard Auditing) e outra o ceticismo profissional.

Em relação às normas técnicas de auditoria, quando perguntado quais as mais importantes para a formação do auditor iniciante, um dos gerentes citou as normas TA 230 (Documentação de Auditoria), TA 240 (Responsabilidade do auditor em relação a fraudes) e TA 250 (consideração de leis e regulamentos em auditoria de Demonstrações Contábeis).

Logo, percebe-se que, em geral, que as faculdades formam bem o auditor, já que durante todo o curso são oferecidas disciplinas de Contabilidade básica e noções de auditoria. O que falta é apenas o contato maior com as normas propriamente ditas, com suas denominações e fontes de pesquisa.

Além disso, verifica-se certa simetria entre os conteúdos mais abordados nos planos de ensino e o programa da disciplina de Auditoria sugerida pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4.5 Metodologia de Ensino e Formas de Avaliação

Este estudo também buscou identificar, além da exposição das matérias em sala de aula, quais as metodologias mais utilizadas pelos docentes para o desempenho de suas atividades, assim como os recursos utilizados pelas firmas de auditoria na formação de seus auditores iniciantes.

Os recursos mais utilizados pelos docentes, seja didáticos ou técnicos, para transmitir o conteúdo da disciplina de Auditoria nos Cursos de Ciências Contábeis são aulas expositivas, estudo de caso, resolução de exercícios, seminários e aulas em laboratório de informática. A seguir, a tabela 5, traz as frequências das metodologias de ensino utilizadas pelas instituições de ensino superior pesquisadas.

Tabela 5: Metodologia de ensino

Metodologia	Frequência
Aulas Expositivas	9
Estudo de Caso	4
Laboratório de Informática	1
Seminários	3
Resolução de Exercícios	5

FONTE: Elaboração a partir da própria pesquisa

Confirmando o que revelou a pesquisa de De Oliveira, Spessato, Ishikura e Scarpin (2008) das Instituições de Ensino Superior de Curitiba, a maioria dos professores das disciplinas de Auditoria utilizam mais como método de ensino as aulas expositivas.

Porém, é importante destacar, que nos resultados da pesquisa dos referidos autores, apareceram casos de metodologia utilizada a visita a empresas e palestras, o que não apareceu em nenhum dos planos de ensino consultados das IES de Goiânia e Aparecida de Goiânia.

Como metodologia de ensino mais aplicada para ensinar a disciplina de Auditoria nos cursos de formação profissional, um dos gerentes respondeu casos práticos, enquanto o outro sinalou a utilização de material preparado pela área de educação da própria empresa.

Observa-se com esses resultados, que as respostas dos gerentes de auditoria condizem com os resultados da pesquisa de Silva (2008), na qual os auditores entrevistados indicam a metodologia tradicional como a mais adequada para a transmissão de conhecimentos e também com o que é aplicado nas Instituições de ensino superior, já que os casos práticos vêm em segundo lugar como metodologia mais utilizada entre as IES de Goiânia e Aparecida de Goiânia.

Quanto às formas de avaliação, apareceram nos planos de ensino avaliação escrita, exercícios avaliativos, seminários e participação em sala de aula. Segue na tabela 6 a frequência das formas de avaliação das disciplinas de Auditoria nos Cursos em Ciências Contábeis das IES analisadas:

Tabela 6: Formas de Avaliação

Forma de Avaliação	Frequência
Avaliação Escrita	9
Atividades	6
Seminários	3
Participação em sala	2

FONTE: Elaboração a partir da própria pesquisa

De acordo com a resposta dos gerentes à questão sobre se há avaliação e, se em caso positivo, quais instrumentos avaliativos são adotados aos alunos nos treinamentos das firmas de auditoria, um deles destacou que estes não são avaliados, enquanto o outro revelou como formas de avaliação prova escrita e dinâmica em grupo.

4.6 Formação e experiência do professor

Em levantamento feito, constatou-se o número de 13 professores que ministram as disciplinas de auditoria nas faculdades selecionadas. Para fazer comparação ao que os gerentes das firmas responderam e com dados levantados em outras pesquisas, foi realizada a busca dos currículos dos professores de Auditoria no *site* da internet do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

No entanto, não foram localizados 2 currículos e outros 2 não disponibilizavam todas as informações necessárias para a análise.

A partir dos dados, dentre 11 professores analisados, constatou-se que apenas 1 professor não é formado em Ciências Contábeis, aquele cujo ministra a disciplina de Auditoria de Sistemas Computadorizados, apresentando formação em Análise de Sistemas e Bacharelado em Direito.

Ainda dentre os 11 professores, verificou-se, ainda, que apenas 2 não possuem especialização em Auditoria, enquanto 9 possuem. Observou-se também que 5 deles possuem mestrado, sendo 2 em Engenharia de Produção e os outros em Ciências Contábeis; Engenharia Elétrica e de Computadores; e Controladoria e Contabilidade Estratégica.

Em relação aos anos de docência, dos 11 professores analisados, apenas 2 deles apresentam 1 ano, o restante apresentam mais de 5 anos, com destaque para 1 deles que apresenta 23 anos de docência.

Quanto a experiência dos docentes, só pode ser analisadas as atividades profissionais de apenas 9 dos 11 professores que foram encontrados os currículos, devido a falta de informações. Foi constatado que apenas 4, dos 9 professores apresentam experiência com Auditoria, 1 deles em auditoria independente, 1 em controle interno e auditoria independente, 1 em Auditoria fiscal e outro em Auditoria Interna.

Tais números levantados são baixos em relação aos números encontrados na pesquisa de Ricardino (2003), em que 64% dos professores de Auditoria dizem acumular experiência em empresas de Auditoria Independente, 26% em Auditoria Interna de empresas estatais e 45% em Auditoria Interna de empresa privada, com prazos médios entre 8,5 e 6,3 anos de experiência.

Sobre o tipo de contratação dos 11 professores que foram encontrado os currículos, foi possível constatar que 6 possuem regime de trabalho de 40h semanais como docentes, 2 possuem 20h, 2 possuem 8h e apenas 1 possui 12 h.

De acordo com a resposta dos gerentes das empresas de auditoria em relação à questão sobre a experiência dos professores que lecionam os cursos de formação profissional, notou-se que uma delas, contadores ministram tais cursos, em outra, profissionais com mais de 8 anos de experiência em auditoria.

Com base na questão sobre qual deveria ser a formação mínima dos professores que ministram a disciplina de auditoria nos cursos de graduação de Ciências Contábeis, os dois gerentes responderam que deveriam ser profissionais do mercado com formação acadêmica.

É relevante ainda ressaltar que em resposta a questão de que seria importante o regime de contratação de tempo integral do docente que ministram a disciplina de auditoria nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, os dois gerentes das grandes empresas de auditoria destacaram que não, um deles ao justificar que os prejudicaria no “mundo real”.

Diante das respostas dos gerentes das *Big Four* e os resultados levantados na pesquisa em relação à formação dos professores da disciplina de Auditoria, chega-se a conclusão de que para os gerentes, é de grande valia a experiência do professor na área de Auditoria, no entanto, na prática, isso não é muito refletido, já que a maioria dos professores tem pouca ou nenhuma experiência em auditoria, uma vez que se torna difícil conciliar as carreiras de professor e auditor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a formação do auditor nos cursos de Ciências Contábeis das IES de Goiânia e Aparecida de Goiânia, por meio de análise documental dos planos de ensino das disciplinas relacionadas à Auditoria, ao estabelecer a relação com as respostas dos questionários aplicados às grandes empresas de Auditoria.

Pretendeu-se caracterizar o ensino de Auditoria nas Instituições de Ensino Superior, no tocante à disposição da disciplina nas grades curriculares, ao conteúdo, carga horária, bibliografias indicadas, metodologias de ensino utilizadas e o perfil dos professores; desta forma, pretendendo-se avaliar a formação de auditores nos cursos de graduação em Ciências Contábeis e comparar às exigências técnicas e pessoais das grandes empresas especializadas em Auditoria, chamadas *Big Four*.

A grande importância da especialização em Auditoria e o perspectiva de que os cursos de ciências contábeis não têm dado a cobertura devida ao assunto, motivaram este trabalho. Assim, como objetivo complementar, a pesquisa procurou trazer o tema à discussão, ao buscar fornecer subsídios aos coordenadores de cursos das faculdades de ciências contábeis para que possam ser utilizados como reflexão no planejamento dos currículos das disciplinas voltadas à temática de auditoria, a fim de estabelecer uma simetria com o que as grandes firmas de auditoria exigem na formação de seus auditores, por conseguinte também as demais firmas.

A principal relevância da pesquisa, portanto, foi mostrar os pontos controversos entre o ensino das disciplinas de auditoria nos cursos de graduação de Ciências Contábeis e a formação dos auditores nas firmas de auditoria.

Em relação aos conteúdos programáticos, evidenciou-se a partir da pesquisa que, dentre as IES pesquisadas, a grande maioria atinge a formação do auditor de acordo com o que as grandes firmas de auditoria esperam.

Quanto à qualificação acadêmica, a experiência profissional dos professores que ministram as disciplinas, percebeu-se a valorização das firmas de Auditoria em relação a experiência do professor no mercado, no entanto, apenas 4 dos 9 professores com currículo apresentando informações disponíveis possuem experiência profissional em auditoria.

Com base na pesquisa de campo, verificou-se que a carga horária média das disciplinas de Auditoria por faculdade é de 133,3 horas / aula, enquanto as firmas de auditoria revelaram a destinação de 160 horas para a aplicação dos conteúdos da área juntamente com contabilidade básica.

De acordo com as formas de avaliações e metodologias de ensino aplicadas as IES, como eram de se esperar, utilizam recursos mais didáticos, como aulas expositivas e provas escritas, ao fazer uso muitas vezes também de estudo de caso, enquanto as firmas de auditoria preocupam-se mais com a absorção da prática, apesar de uma delas aplicar também provas escritas nos cursos de formação de auditores iniciantes.

Já em relação às referências bibliográficas, as firmas de auditoria citam as normas internacionais de auditoria, ao revelar um ponto a rever, nos planos de ensino das faculdades pesquisadas.

Apenas quatro faculdades citam em suas referências bibliográficas como sites do CFC e IBRACON que abrigam tais normas. Enquanto, quatro obras literárias foram mais apontadas, estas as quais, segundo Ricardino Filho (2003) foram originalmente editadas na década de 80, motivo pelo qual vale a pena efetuar uma breve análise de seu conteúdo e atualizações até sua última edição.

Percebeu-se durante a pesquisa, a existência de poucos assuntos voltados a comparação do ensino de auditoria da disciplina de auditoria nas faculdades com a formação dos auditores na firmas de auditoria.

Trabalhos como Madeira (2001), Ricardino Filho (2002) apontam as deficiências do ensino acadêmico da disciplina quando comparadas a proposta de currículo do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios Contábeis (ISAR da Organização das Nações Unidas – ONU). Já Silva (2008)

procurou fazer o confronto do Ensino das Instituições e a opinião dos auditores, se aproximando mais do objetivo deste estudo.

Conforme mostrados as análises dos dados, assim como no trabalho de Silva (2008), foram encontrados pontos convergentes e divergentes entre os dois ambientes de ensino de auditoria.

Talvez pela forma genérica de apresentação de informações nos planos de ensino das IES ou falta de detalhes nas respostas dos gerentes das firmas de auditoria, não foram encontradas, no entanto, muitas discrepâncias na simetria de ensino nos dois ambientes.

Assim, dada a importância do assunto, finaliza-se este estudo, com o intuito de ter contribuído na percepção das condições do ensino da auditoria nas universidades, a fim de saber se estão sendo cumpridas as exigências do mercado. Sabe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido ficando aberta uma discussão para outros pesquisadores que tenham interesse pelo assunto.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Luiz; BEUREN, Ilse Maria. **A formação comportamental de auditores contábeis independentes:** um estudo multicaso. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM) - ISSN 1677-7387. Faculdade Cenecista de Campo Largo - Coordenação do Curso de Administração, v. 1, n. 2, nov./2003.

ALBUQUERQUE, Kátia Silene Lopes de Souza. **Auditoria e sociedade:** análise das diferenças de expectativas dos usuários da contabilidade em relação ao papel do auditor. Dissertação Pós-Graduação em Contabilidade da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

ALMEIDA, Marcelo Cavalvanti. **Auditoria:** um curso moderno e completo. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

APARECIDA, Franciele. **Auditoria.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/37327/1/Origem-da-Auditoria/pagina1.html>>. Acesso em: Abril de 2011.

BACCI, J. **Estudo Exploratório sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro:** uma contribuição ao registro de sua evolução histórica. Dissertação Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica. Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo, 2002.

CAMPELO, Aldeir de Lima. **As novas Normas Brasileiras de Auditoria.** Publicação da ASPR - Auditoria e Consultoria. Fórum Empresarial. Ano 13. Nº 92. Maio de 2010. Disponível em: <<http://www.aspr.com.br/arquivos/FE92.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2011.

CARNEIRO, J. D.; RODRIGUES A. T. L.; BUGARIM, M. C. C.; DE MORAIS, M. L. S.; DE FRANÇA, J. A.; BOARIN, J. J.. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis.** Fundação Brasileira de Contabilidade. Brasília: 2008.

CARVALHO, Nelson L.; RICARDINO, Álvaro. **Breve Retrospectiva do Desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil.** Revista Contabilidade & Finanças. USP, São Paulo, n. 35, p. 22-34, maio/agosto 2004. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad35/ed_35_parte2_pg22a34.pdf>. Acesso em: 22 de novembro de 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas.** Rio de Janeiro : Campus, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Resolução CFC nº 751 de 29 de dezembro de 1993.** Revogada pela Resolução CFC 1.156 de 13 de fevereiro de 2009. Dispõe sobre as normas brasileiras de Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Normas Brasileiras de Contabilidade.** Porto Alegre: outubro de 2011. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_normas_auditorias_pericia.PDF>. Acesso em: 26 de novembro de 2011.

DE OLIVEIRA, E. L; SPESSATTO G.; ISHIKURA E. R.; SCARPIN J. E. **O ensino da disciplina de auditoria nos cursos de ciências contábeis das instituições de ensino superior de Curitiba**. Universidade Regional de Blumenau (PPCC/FURB), 2008. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/trabalhosPDF/781.pdf>. Acesso em: Abril de 2011.

DO CARMO, Carlos Henrique Silva. **Orientações para a elaboração do trabalho de conclusão de curso - TCC**. Goiânia: Março de 2009. Disponível em: http://www.ufg.br/this2/uploads/files/157/Projeto-de-pesquisa-TCC_IEstrutura_o.pdf. Acesso em: Março de 2011.

FRANCO, Hilário e MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4 ed. Atualizada. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____; MARION, José Carlos. **As Faculdades de Ciências Contábeis e a formação do contador**. In Revista de Contabilidade. Rio de Janeiro, n. 56, p. 50-56, 1986.

LONGO, C. G. **As principais mudanças nas Normas de Auditoria para 2010**. XII CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Bento Gonçalves, 2010. Disponível em: http://www.crcrs.org.br/arquivos/palestras/xii_convencao/claudio_longo.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2011.

LONGO, C. G. **Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras**. São Paulo: Atlas, 2011.

MADEIRA, C.A.. **Avaliação do ensino de auditoria nos cursos de graduação de ciências contábeis: uma pesquisa exploratória**. Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis) Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. São Paulo, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Instituições de Ensino Superior. **Instituições Credenciadas**. Busca Interativa e-MEC.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CES/CNE 299/2003**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CES/CNE 269/2004**. Alteração do Parecer CNE/CES 289/2003 e da Resolução CNE/CES 6/2004, relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CES/CNE 010/2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

NOSSA, Valcemiro. **Formação do corpo docente dos cursos de graduação em contabilidade no Brasil: uma análise crítica**. In: Revista de Contabilidade e Finanças. FIPECAFI – FEA/USP. São Paulo, vol. 21, 1999.

OLIVEIRA A, B. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PINHO, Ruth Carvalho de Santana. **Fundamentos de auditoria: auditoria contábil e outras aplicações de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2007.

RICARDINO FILHO, Á. A. **Algumas Limitações do Ensino de Auditoria nos Cursos de Ciências Contábeis no Brasil**. In: III CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. São Paulo – SP. Anais em CDROM. São Paulo: USP, 2003.

RICARDINO FILHO, Á. A. **Auditoria: ensino acadêmico x treinamento profissional**. Tese de Doutorado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002.

SILVA, Amilton Paulino. **A percepção dos profissionais de auditoria quanto ao ensino de auditoria contábil nos cursos de graduação em ciências contábeis no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília: 2008.

SILVA, Simone Povia. **Auditoria independente no Brasil: Evolução de 1997 a 2008 e fatores que podem influenciar a escolha de um auditor pela empresa auditada**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

SILVIA, Edna L.; MENEZES, Estela M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração da Dissertação**. 3 ed. Florianópolis: UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SOARES, Viviane. **Mercado de trabalho: Escassez leva "Big Four" a formar profissionais e a disputar os mais experientes**. São Paulo: 2011. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/impresso/eu-carreira/108/390352/na-briga-por-talentosauditorias-usam-headhunters-e-buscam-novos-tra>>. Acesso em: Março de 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

**APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO E QUESTIONÁRIO DA PESQUISA
DESTINADO AOS GERENTES DAS GRANDES FIRMAS DE AUDITORIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Senhor (a),

Esta pesquisa tem por objetivo subsidiar a elaboração do trabalho de conclusão do curso de graduação em Ciências Contábeis de Fernanda Miranda Guerra, sob orientação do Prof. Ms. Lúcio de Sousa Machado, com o tema: A relação entre a formação do auditor nas universidades e a capacitação profissional nas firmas de auditoria.

A principal intenção da pesquisa é estabelecer a correlação entre o que é oferecido na disciplina de Auditoria, nos Cursos de Graduação de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de Goiânia e o que é aplicado e exigido aos auditores iniciantes, nas grandes firmas de auditoria, também de Goiânia. Para atingir esse objetivo, serão analisados os planos de ensino da disciplina de Auditoria nas Instituições de Ensino que ministram o curso e compará-los, conjuntamente, com as respostas de questionários aplicados às firmas de auditoria, sem mencionar nomes e respostas individuais.

O detalhamento das respostas será muito importante para o sucesso da pesquisa. Por oportuno, agradecemos a preciosa colaboração de V. S^a e colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se façam necessários.

Fernanda Miranda Guerra - nanda722@hotmail.com - (62) 8572-6688

Lúcio de Sousa Machado – lucio@florestaauditores.com.br

Pesquisa Acadêmica para Graduação

Tema: A relação entre a formação do auditor nas universidades e a capacitação profissional nas firmas de auditoria

QUESTIONÁRIO

Identificação:

Nome:

e-mail:

Empresa:

Cargo:

Data do preenchimento:

A seguir o questionário contendo apenas perguntas abertas sobre a formação de auditores contábeis das firmas de auditoria de grande porte.

1. Qual é a carga horária da disciplina de auditoria oferecida pela firma nos cursos de capacitação de auditores iniciantes?
2. Qual é o conteúdo programático de disciplina de auditoria ministrado aos auditores iniciantes ou recém formados?
3. Qual a ênfase dada em cada conteúdo da disciplina de Auditoria disponibilizada, em percentuais?
4. Quando se ministra a disciplina de auditoria aos auditores iniciantes, são abordadas as normas de auditoria internacionais?
5. Caso a resposta sirva “SIM”, quais são os pontos abordados com mais ênfase?
6. Abordam-se no curso as normas técnicas de auditoria? Liste aquelas mais importantes para a formação do auditor iniciante, em sua opinião.
7. Além dos conteúdos de auditoria propriamente ditos, a firma oferece mais outras disciplinas no curso? Se sim quais são elas?
8. São adotadas/recomendadas referências bibliográficas aos auditores? Se a resposta for sim, quais são as principais bibliografias sugeridas e/ou oferecidas?
9. Os auditores em formação são avaliados? Se sim, quais são os instrumentos adotados pelos professores (prova escrita, trabalho escrito, seminários, trabalhos em grupo, etc.)
10. Qual(is) a(s) metodologia(s) de ensino(s) mais aplicada(s) para ensinar a disciplina de auditoria nos cursos de formação profissional?
11. Qual a formação e experiência dos professores que lecionam tais cursos?

12. Caso você fosse um professor de auditoria contábil em universidade/faculdade do curso de Ciências Contábeis, quais seriam os principais conteúdos que ensinaria aos seus alunos? Quais percentuais de ênfase você julga a cada um? Se possível, justifique os itens com relação à formação do auditor.
13. A partir da sua resposta anterior, em que momento do curso a disciplina seria oferecida (início, meio ou final do curso)? Para ministrar o conteúdo por você sugerido, quantas horas-aulas a disciplina teria que ter? Seria necessário pré-requisito à disciplina?
14. Em sua opinião, qual deveria ser a formação mínima dos professores que ministram a disciplina de Auditoria nos cursos e Graduação de Ciências Contábeis?
15. Qual deveria ser a experiência do professor da referida disciplina?
16. Você considera importante o regime de contratação de tempo integral do docente que ministra a disciplina Auditoria nos cursos de graduação de Ciências Contábeis?
17. Você gostaria de receber, ao final da pesquisa, um resumo do resultado obtido, para que possa compartilhar conjuntamente deste esforço desenvolvido?

**APÊNDICE B- INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR QUE MANTÊM CURSOS
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM GOIÂNIA E APARECIDA DE GOIÂNIA**

Centro Universitário de Goiás - Uni-Anhangüera
Centro Universitário do Instituto de Ensino Superior Coc - COC
Faculdade Alves Faria - ALFA
Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN
Faculdade Araguaia - FARA
Faculdade Ávila – FAC
Faculdade Brasileira de Educação e Cultura - FABEC Brasil
Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais - FEAD-MG
Faculdade de Goiânia - Unidade 1 – FAG
Faculdade Delta - Faculdade Delta
Faculdade Noroeste
Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FANAP
Faculdade Padrão – Goiânia
Faculdade Padrão – Aparecida de Goiânia
Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás
Universidade Anhangüera –UNIDERP
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB
Universidade Do Sul de Santa Catarina – UNISUL
Universidade Estácio de Sá – UNESA
Universidade Federal de Goiás – UGG
Universidade Norte do Paraná – UNOPAR
Universidade Paulista – UNIP
Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO
Universidade Salvador – UNIFACS

**APÊNDICE C: LISTA COMPLETA DAS BIBLIOGRAFIAS CITADAS NOS PLANOS
DE ENSINO DA DISCIPLINA DE AUDITORIA DAS IES DE GOIÂNIA E
APARECIDA DE GOIÂNIA COM SUAS RESPECTIVAS FREQUÊNCIAS**

Identificação da Obra	Frequência
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	8
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Contabilidade Avançada. Textos, exemplos e exercícios resolvidos. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	1
ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.	7
ATTIE, William. Auditoria Interna. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 2ª Reimpressão 2009.	2
BOYNTON, W.C; JOHNSON, R.N; KELL, W.G. Auditoria. 1a ed. São Paulo: Atlas, 2002.	1
CARVALHO, L. Nelson. Limitações ao poder de comunicação do parecer dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis no Brasil. Dissertação de mestrado. São Paulo, FEA/USP, 1989.	1
CASTRO, Róbison Gonçalves de; FARIA, Wanderley Diógenes de. Auditoria. Brasília: Vest-com, 1998.	1
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas de contabilidade aplicadas à Auditoria. Disponível em < http: www.cfc.org.br >.	3
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade. 3ª Ed. Brasília: CFC, 2008.	2
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Curso básico de auditoria: normas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 1989. p. 309	1
CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria Contábil. Teoria e prática. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.	4
FAVERO, Hamilton Luiz. Contabilidade Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2009.	1
FIPECAFI, Manual da contabilidade societária: aplicável as demais sociedades. São Paulo: Atlas, 2010.	3
FRANCO, Hilário. Auditoria contábil. São Paulo: Atlas, 2009 .	6
GIL, A. L. Auditoria da Qualidade. 3.ed. São Paulo, 1999.	1
GIL, A. L. Auditoria de Computadores. São Paulo: Atlas, 1996.	1
GIL, A. L. Segurança em informática. São Paulo: Atlas, 1996.	1
IMONIANA, J. O. Auditoria de Sistemas de Informação. São Paulo: Atlas, 2008.	1
INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES. Auditoria por meios eletrônicos. São Paulo:	1

Identificação da Obra Atlas, 1999.	Frequência
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (IBRACON). Normas, procedimentos e comunicados de auditoria. Disponível em < http://www.ibracon.com.br >.	2
JUND, Sérgio. Auditoria: Conceitos, normas, técnicas e procedimentos. 3.ed. Rio de Janeiro: 2002.	1
KATZAN JR, H. Segurança de dados em computação. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1997.	1
LEMES, Sirlei; CARVAHO, Luiz Nelson Guedes de. Contabilidade internacional para graduação. 1ªed. São Paulo: Atlas, 2010.	1
LIMA, Luiz Murilo Strube. IFRS: entendendo e aplicando as normas internacionais de contabilidade. 1ªed. São Paulo: Atlas, 2010.	1
LONGO, C. G. Manual de auditoria e revisão das demonstrações financeiras: novas normas brasileiras e internacionais de auditoria. São Paulo: Atlas, 2011.	1
LOPES DE SÁ, A. Curso de auditoria. São Paulo: Atlas, 2009.	3
MAGALHÃES, Antônio de Deus, F. LUNKES, Irtes Cristina; MULLER, Aderbar Nicolas. Auditoria das Organizações. 1.ed. São Paulo: Atlas,2001.	2
MAUTZ, R.K. Princípios de auditoria. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987.	1
OLIVEIRA, Luís Martins de et al. Curso Básico de Auditoria. São Paulo: Atlas, 2001.	2
OLIVEIRA, Luiz Carlos de. Auditoria e Avaliação de desempenho operacional. Goiânia: Deescribra, 2006.	1
PEREIRA, Anísio Cândido; SOUZA, Benedito Felipe de. Auditoria Contábil: Abordagem Prática e Operacional. São Paulo, Atlas, 2006.	1
PEREZ, José Hernandez; OLIVEIRA, Luis Martins de. Contabilidade Avançada: texto e testes com as respostas. 6. ed. São Paulo, Atlas: 2009.	1
PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. Auditoria de demonstração contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	6
PINHO, Ruth Carvalho Santana. Fundamentos de Auditoria: Auditoria contábil e outras aplicações de auditoria. São Paulo: Atlas, 2007.	1
SOUZA, Benedito Felipe e PEREIRA, Anísio Cândido. Auditoria Contábil: abordagem prática e operacional. São Paulo: Atlas, 2004.	3
WOOD, M. Introdução à Segurança no Computador. Rio de Janeiro: Campus, 1995.	1
YOUNG, Ernest; FIPECAFI. Manual de normas internacionais de contabilidade. IFRS versus normas brasileiras. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2010.	1